

# Um raio X da arrecadação tributária federal

Publicado 7 de Outubro, 2015



Crédito @Fotolia/Jotajornalismo

**Por Roberto Quiroga Mosquera** Professor de Direito Tributário da USP e FGV DIREITO SP e sócio do escritório de advocacia Mattos Filho Advogados

A arrecadação federal de tributos está despencando. Como mostram os números da Receita Federal, houve uma queda significativa nos últimos 8 meses. Ou seja: o governo não está conseguindo atingir as metas necessárias na coleta de tributos da população para fazer frente aos gastos públicos.

Obviamente, esse resultado é fruto de um declínio da atividade econômica no país, que provocou uma diminuição drástica das fontes de receitas tributárias disponíveis. A carga tributária mantém-se em níveis bem elevados e ao redor de 37% do PIB nacional.

Contudo, uma análise mais detalhada da arrecadação federal nos últimos anos, demonstra que nossa fonte de receita tributária basicamente está concentrada na renda das pessoas físicas e jurídicas e em contribuições sociais sobre receita das empresas.

Muitos podem não acreditar, como é o caso do nosso Ministro da Fazenda, mas do total da arrecadação federal anual – 1,2 trilhões –, algo em torno de 60% é tributação sobre a renda. Isso mesmo! Nós brasileiros pagamos muito tributo sobre a renda. Façamos uma análise mais detalhada disso.

No ano de 2014, por exemplo, os contribuintes pessoas físicas e jurídicas pagaram ao fisco federal aproximadamente R\$ 305 bilhões de imposto sobre a renda (IR), R\$ 65 bilhões de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e R\$ 357 bilhões de

contribuições para a previdência social (“INSS”) que, na sua grande maioria, incidem sobre salários, remunerações e outro rendimentos decorrentes do trabalho – ou seja – incidem sobre a renda. Total no ano de tributação sobre a renda: algo em torno de R\$ 720 bilhões. O que equivale a 60% do total arrecadado no ano (R\$ 1,2 trilhões). A mesma realidade, com poucas diferenças em percentuais sobre a arrecadação anual total, verificou-se nos anos anteriores a 2014 e os mesmos números se repetem, proporcionalmente, no atual exercício fiscal de 2015.

Desse total aproximado de R\$ 720 bilhões, R\$ 250 bilhões são pagos pelas pessoas físicas e os outros R\$ 470 bilhões são pagos pelas pessoas jurídicas (nesse cálculo consideramos que 1/3 do INSS é contribuição das pessoas físicas e 2/3 das pessoas jurídicas).

Portanto, a tributação sobre a renda no Brasil está em 1o lugar no ranking dos tributos. Os números do governo não mentem!

Em segundo lugar estão os tributos que incidem sobre receita – COFINS e PIS. O total da arrecadação desses tributos em 2014 representam 20% de todo o bolo arrecadado no ano. Nos anos anteriores manteve-se percentuais similares e nestes últimos 8 meses, também se repetem as estimativas acima.

É importante ressaltar que esses tributos sobre a receita são pagos apenas pelas pessoas jurídicas que assumem um grande ônus no financiamento das despesas públicas. Ademais, tais tributos apresentam duas sistemáticas de incidência fiscal: cumulativa e não cumulativa, a depender da base de cálculo do IR, bem como de alguns tipos de atividades específicas.

Em suma: 80% de toda a arrecadação brasileira depende de duas variáveis: renda e receita. Numa linguagem mais simples, nossas fontes de recursos para fazer frente aos gastos públicos são em pequeno número. Nosso risco está concentrado em duas variáveis sujeitas a grande volatilidade. E quando esses dois índices de riqueza caem, obviamente, a arrecadação também cai.

Se a atividade econômica não vai bem, as pessoas jurídicas faturam menos o que, por consequência, provoca uma menor arrecadação do PIS e COFINS, uma vez que estes incidem sobre receita. No mesmo sentido, se o desemprego aumenta e a lucratividade das empresas diminui, o fisco federal não conseguirá arrecadar os tributos sobre a renda que deseja. Em outras palavras: forma-se um círculo vicioso: redução da renda e da receita na sociedade que provoca, por sua vez, redução das fontes de receita do Estado.

O problema é que o gasto não para de crescer e a receita não consegue mais subir!

Os restantes 15% da arrecadação em 2014 resumiu-se a R\$ 50 bilhões de imposto sobre produtos industrializados (IPI - 3,0% do total); R\$ 37 bilhões de Imposto de Importação (II- 3,0% do total); R\$ 30 bilhões de imposto sobre operações financeiras (IOF - 2,5% do total); R\$ 1 bilhão de imposto territorial rural (ITR) e outras receitas administradas pela receita federal e por outros órgãos (8% do total). A mesma realidade se repetiu, com pequenas diferenças, nos anos anteriores a 2014 e continuam se repetindo em 2015.

Em resumo: nossas fontes de receita para custear os gastos públicos federais baseiam-se, fundamentalmente, na renda auferida pelas pessoas físicas e jurídicas e no volume do faturamento das empresas. Quando tais variáveis são afetadas pela crise econômica, nossa arrecadação também sofre reduções drásticas. E, pelo jeito, poucas

alternativas nos restam para aumentar a tributação no País. Melhor seria pensar na redução dos gastos públicos...

**FONTE:** [HTTP://JOTA.INFO/UM-RAIO-X-DA-ARRECADACAO-TRIBUTARIA-FEDERAL](http://jota.info/um-raio-x-da-arrecadacao-tributaria-federal)